

Metro do Porto suspende obra da segunda fase do metrobus

written by O Cidadão | 5 de Outubro, 2025



A Metro do Porto decidiu fazer uma ***“paragem técnica temporária”*** da obra da **segunda fase do metrobus**, que arrancou em 22 de setembro, anunciou a empresa.

“A Comissão Executiva da Metro do Porto informa que foi possível encontrar uma solução de consenso para uma paragem técnica temporária da obra da fase II do projeto BRT/MetroBus, durante a qual serão assegurados os serviços estritamente necessários de segurança e vigilância de estaleiro de vedações de obra”, refere a empresa, em comunicado enviado à Lusa.

Segundo a Metro, ***“este consenso, que assegura a defesa do interesse público, permitirá ainda uma análise cuidada sobre a obra e os seus desenvolvimentos, salvaguardando sempre o respeito pela lei, nomeadamente compromissos existentes, conciliados com o bem-estar dos cidadãos”***.

As obras da segunda fase do metrobus arrancaram em 22 de

setembro, no corredor Bus dedicado da Avenida da Boavista, no troço compreendido entre a Rua Jorge Reinel (junto ao Colégio do Rosário) e a Avenida do Dr. Antunes Guimarães, e têm sido alvo de contestação, quer por parte de candidatos à presidência da Câmara do Porto, como por populares.

Aquando do avanço da empreitada, a empresa era liderada por Tiago Braga, que foi entretanto substituído por Emídio Gomes, ex-reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que iniciou funções na quarta-feira.

No dia do arranque das obras, a Assembleia Municipal do Porto manifestou a sua **“profunda indignação”** por aquilo que considerou um **“inadmissível desrespeito”** da administração da Metro pelo avanço da segunda fase do metrobus sem ter atendido aos pedidos feitos pelas forças políticas.

De acordo com um documento assinado pelo presidente da Assembleia Municipal (AM) do Porto, a 12 de agosto, a Metro enviou um ofício ao presidente da Câmara, Rui Moreira, com a versão preliminar da alteração do projeto do metrobus no troço do Parque da Cidade que pedia a aprovação dos eleitos da AM, mas a empresa de transportes não respondeu aos pedidos feitos em resposta pelo Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Investimentos de Transporte Público, nomeadamente que fosse promovido um período de consulta pública do projeto.

Na resposta, o grupo que representa as forças eleitas na AM pedia que a Metro pudesse **“promover essa consulta pública, cujo prazo de participação não deve ultrapassar o final do mês de setembro, de forma a que as eventuais propostas que vierem a ser formuladas durante a mesma sejam analisadas e, eventualmente, consideradas no projeto final até ao final do mês de outubro, altura em que os novos órgãos autárquicos tomarão posse, podendo também deliberar sobre os mesmos (...)”**.

Após não terem recebido qualquer resposta da Metro do Porto e de as obras da segunda fase do metrobus terem avançado, todos

os deputados eleitos aprovaram uma moção que propõe manifestar a **“indignação”** dos eleitos ao conselho de administração da empresa de transportes e lamentar o ‘timing’ do avanço das obras.

Em 30 de setembro, a Metro do Porto garantiu, numa carta enviada ao presidente da AM a que a Lusa teve acesso, que a segunda fase das obras do metrobus só avançou com autorização da câmara municipal.

“O início dos trabalhos no terreno obedeceu à devida tramitação de autorização pelos serviços municipais competentes, tendo sido obtida de acordo” um ofício camarário **“em claro cumprimento dos requisitos legais e com evidente conhecimento e aprovação da Câmara Municipal do Porto”**, pode ler-se na carta enviada a Sebastião Feyo de Azevedo.

No mesmo dia, Rui Moreira venceu que a atribuição de licença para as obras do metrobus **“não é um ato político, é um ato prático”**, pelo que não podia haver nenhum **“veto de gaveta”**.

“A única coisa que a câmara emitiu, e não podia deixar de o fazer, é uma licença de ocupação do espaço público”, disse aos jornalistas, vencendo que tal emissão **“não é um ato político, é um ato prático”**.

A empreitada levou a candidatura do PSD/CDS-PP/IL a avançar com uma providência cautelar para a travar, por partir **“de um lugar de indignação com o arranque das obras e destruição de árvores que marcaram o dia na Avenida da Boavista”**.

Já Manuel Pizarro, pelo PS, defendeu que o que interessa agora é ter o metrobus a funcionar, sendo que a obra da segunda fase não devia ter arrancado.

Está previsto que o metrobus ligue a Casa da Música à Praça do Império (em 12 minutos) e à Anémoma (em 17), e os veículos do serviço serão autocarros a hidrogénio.

Os veículos já chegaram e a obra da primeira fase está concluída, mas o serviço ainda não está em funcionamento, sendo o canal da Avenida da Boavista atualmente utilizado por utilizadores de modos suaves de mobilidade, como bicicletas e trotinetes.

OC/MP